

ALGUMAS QUESTÕES EM TORNO DA PRODUÇÃO NÃO CAPITALISTA URBANA*

*Beatriz Regina Zago de Azevedo***

Três questões permeiam, com maior ou menor ênfase, a discussão teórica em torno da produção não capitalista urbana. A primeira delas refere-se à busca de uma definição para a categoria em estudo, de modo a diferenciar as atividades não tipicamente capitalistas no interior da economia urbana. A segunda questão trata do significado dessa categoria no modo de produção capitalista, enquanto a terceira busca contrapor as várias interpretações acerca das possíveis contribuições das atividades organizadas sob moldes não tipicamente capitalistas para a acumulação de capital.

Quanto à primeira questão, pode-se dizer que a sistematização dos trabalhos voltados ao estudo da produção não capitalista revelou a diversidade de conceitos teóricos utilizados para definir o conjunto de ocupações que se organizam sob esses moldes. Ainda que se verifique uma grande variedade de interpretações baseadas em diferentes terminologias e em esquemas analíticos distintos, está claro que os autores aqui examinados estão buscando apreender e explicar o mesmo fenômeno.

As referências teóricas iniciais em torno da existência desse conjunto de atividades definiram-no como o fenômeno da **marginalidade** (Hoffmann, 1977; Kowarick, 1977). Embora este termo tenha surgido para designar os elevados índices de pobreza que caracterizam o Terceiro Mundo, seu potencial explicativo em relação a essa realidade foi bastante reduzido. Isso porque, ao invés de buscar nos mecanismos de expansão do capital sua razão de existir, essas teorias viam a **marginalidade** como uma limitação individual, primeiramente de cunho psicológico, mais tarde como resultado de carências econômico-sociais que supostamente impediam a integração dos indivíduos na sociedade urbano-industrial. O problema era reduzido, portanto, a um desajustamento social do indivíduo em particular, sendo desvinculado totalmente de situações histórico-sociais concretas que, na verdade, lhe dão origem. Isso funcionava no sentido de mascarar o problema, uma vez que atribuir a limitações de qualquer espécie, por parte dos indivíduos, à razão da sua situação marginal equivalia a isentar o sistema social de toda e qualquer responsabilidade.

* Este texto se propõe a sistematizar algumas idéias comumente debatidas em torno deste tema, recorrendo inclusive, determinadas questões já abordadas em trabalhos anteriores. (Ensaio FEE, v.1, n.2, v.2, n.1, 1981).

** Economista da Fundação de Economia e Estatística.

Um novo conceito de **marginalidade** surge no trabalho de Kowarick (1977), quando então o fenômeno não mais se confunde com uma anomalia ou disfunção do sistema, mas coloca-se, isto sim, como uma produção que tende a se adequar às necessidades de expansão do capital. Além disso, a **marginalidade** deixa de se configurar como um mundo à parte, segregado, onde o reduzido nível de rendimento dos indivíduos e, em consequência, seus baixos padrões de consumo material e cultural constituiriam seus aspectos definitórios básicos¹. Em suma, na visão teórica de Kowarick, o termo **marginalidade** passa a ser associado à produção de determinados bens e serviços que servem de algum modo para a reprodução das condições do sistema capitalista. Numa tentativa de aproximar a teoria à realidade, o autor, no entanto, introduz o uso da noção supostamente equivalente de mercado não formalizado de trabalho, proposta por Machado da Silva (1971). Tal noção, que se confunde de certo modo com a de mercado informal de trabalho, parte do critério tradicional — ausência de proteção jurídica e reconhecimento social que teoricamente seriam proporcionados pela “carteira assinada” — para definir basicamente as diversas situações de trabalho prevalentes no setor. Assim, o setor informal abrangeria o conjunto da população em atividade que não possui vínculos empregatícios formais regidos por lei.

Tal como o termo **marginalidade** que traz consigo um conjunto de estereótipos ligados à percepção inicial que tinham desse fenômeno as primeiras abordagens, o uso da expressão **setor informal** também está vinculado, em sua origem, a uma visão dicotômica da economia. A terminologia formal/informal, na verdade, surgiu a partir de pesquisas e estudos sobre o emprego realizados na África pela Organização Internacional do Trabalho, e de cujo relatório final consta a seguinte conclusão: “O emprego nas áreas urbanas do mundo em desenvolvimento é função do dualismo econômico prevalente. Dois setores coexistem lado a lado. Um é o setor organizado, moderno, formal, caracterizado por tecnologia capital-intensiva, salários relativamente altos, operações em grande escala, em organizações governamentais ou de companhias. O outro é o setor não organizado, tradicional, informal, cujas unidades econômicas têm características reversas ao formal: trabalho-intensivo, operações em pequena escala, uso de métodos tradicionais, fruição de rendimentos modestos por parte do indivíduo ou de família”. (Ekerman, s.d., p. 5).

Percebe-se, portanto, que a idéia de segmentação do mercado de trabalho está profundamente arraigada na percepção que deu origem à definição de setor informal. Daí porque, mesmo acrescentando a essa categoria critérios adicionais para caracterizá-la melhor (Souza & Tokman, 1976), a definição resultante ainda permane-

¹ Maria Célia Paoli (1978), criticando a teoria da marginalidade, nega os fatores que esta teoria apresenta como responsáveis pela situação marginal, mostrando que, na realidade, eles são elementos componentes da condição de vida de toda uma classe social. Conforme a autora, “o dito trabalhador marginal está na mesma escala de exploração progressiva que caracteriza o proletariado brasileiro no atual momento histórico; mais do que classificá-los como marginais, importa perceber o campo de relações sociais configuradas historicamente pelas situações de classe que representam, originadas das relações de produção concretas”.

ce impregnada de uma visão dualista da economia urbana, onde se mantêm estanques seus dois segmentos: formal e informal. Mais do que isso, as análises com base nesses pressupostos não logram captar os nexos estruturais entre os dois setores, não percebendo que o setor informal não existe senão por sua relação com o setor formal e, desse modo, não pode ser definido senão a partir dessa relação. A falha de muitos estudos que não conseguem desvencilhar-se de uma visão dicotômica consiste na análise isolada do setor informal, isto é, como se fosse independente das outras formas existentes, o que impede a compreensão do modo como ele se articula no conjunto da economia e os determinantes que definem sua importância, condições de existência e dinâmica própria.

Por outro lado, não se pode raciocinar em termos de dois pólos antagônicos, pois a estabilidade estrutural que alguns autores parecem acreditar que existe entre os setores formal e informal tende a perder sua consistência, à medida que o movimento fundamental e constante pelo qual o capital destrói as outras formas de organização da produção e os recria sob outros moldes permite uma grande variedade mutante de formas de organização econômica. As novas formas que surgem não deixam de reproduzir as anteriores, mas não são idênticas a elas. Essa instabilidade temporal é também espacial, uma vez que o chamado setor informal assume formas e significados nos diferentes países e regiões.

Em função disso, há que se tomar como ponto de partida o próprio movimento de produção e realização de mais-valia e ver como surge em condições concretas a necessidade de outras formas de produção e realização subordinadas ao capital, mas em constante redefinição sob o impulso das necessidades de acumulação. Não se trata mais, portanto, de apenas descrever o setor informal, mas sim de analisar os processos que provocam segmentações no interior da economia urbana. Isto é, a partir do exame do processo de valorização do capital, deve-se tentar descobrir porque se opera a **divisão do trabalho** entre produção capitalista e não capitalista e sob que dinâmica se regem.²

O importante também no exame da produção não capitalista é captar que sua problemática envolve diretamente o entendimento de formas diferenciadas de inserção da força de trabalho em um processo histórico de formação de capital de uma sociedade. Em outros termos, fundamental deve ser a preocupação em mostrar que a heterogeneidade das relações de trabalho é uma condição dinamizadora do processo de acumulação. Isso porque, no seu processo de valorização, o capital utiliza concomitantemente todos os níveis de mão-de-obra através do estabelecimento de variadas e múltiplas relações de trabalho articuladas entre si.

Sob essa perspectiva teórica, inserem-se os trabalhos de Souza (1980), Jelin (1974, p. 51-77), Carvalho e Souza (1980) e Singer (1977, p. 78-80), onde, com maior ou menor intensidade, se manifesta essa preocupação com a heterogeneidade

² José Reginaldo Prandi (1978) é um dos autores que melhor examina essa questão, demonstrando que antes de tudo a forma de trabalho autônomo não pode explicar-se senão como resultado da acumulação capitalista.

do sistema econômico. Numa tentativa de superar a visão dualista do mercado de trabalho, apresentam propostas alternativas para o exame das atividades não tipicamente capitalistas que parecem avançar na interpretação do funcionamento dessas atividades à medida que deixam de defini-las a partir de determinados critérios — como produtividade, por exemplo — utilizados na análise das atividades que integram o chamado **setor moderno capitalista**. Na verdade, o que importa é captar a especificidade das diferentes formas de produzir, não considerando, em consequência, referenciais analíticos relativos às formas capitalistas de produção.

Em suma, o objetivo desses autores consiste na busca das particularidades das diferentes situações de trabalho, tendo como preocupação principal mostrar a heterogeneidade organizativa interna a cada uma dessas formas de organização. Ao admitirem a diversidade de situações de emprego, em consequência da existência de diferentes formas de organização da produção, procuram entender as singularidades de que se revestem, assumindo a própria ótica do agente. Nesses trabalhos, percebe-se, portanto, a tentativa de pensar a articulação entre o modo de produção capitalista — a forma de produção dominante — e as demais formas de produção, sem, contudo, deixar de lado a especificidade destas últimas. Em suma, a grande contribuição teórica desses estudos ao problema do emprego em formas não capitalistas de produção e, nesse sentido, particularmente a do trabalho de Jelin, consiste no fato de se oporem à visão tradicional dessa questão que, via de regra, encara o sistema econômico pela ótica do sistema capitalista e de seus **padrões de modernidade**, definindo, conseqüentemente, todas as situações que não se enquadram nesses parâmetros como relações de produção **arcaicas**, como subemprego, desemprego disfarçado, etc., enfim, situações de emprego anômalas ao capital. Ao contrário, para esse grupo de autores mencionados, existe uma diversidade de situações de **emprego** em consequência justamente da coexistência de diferentes formas organizativas de produção.

Enquanto o trabalho conjunto de Carvalho e Souza se preocupa mais em descrever as variadas atividades que tendem a se organizar sob moldes não capitalistas, é no de Souza que se encontra explicitada uma tipologia para o estudo desse tipo de atividades, passível de ser utilizado em uma pesquisa empírica. Nela as atividades encontram-se classificadas basicamente em dois grupos. O primeiro deles abrangeria o conjunto de formas de organização mercantil simples, cujo traço definatório seria dado pela ausência de assalariamento permanente. As categorias que aí se incluíam seriam as empresas familiares, os trabalhadores autônomos, os trabalhadores por conta própria subordinados,³ os pequenos vendedores de serviços e as empregadas

³ Há uma certa divergência quanto à inclusão ou não dessa categoria de trabalhadores no universo da produção não capitalista. Singer exclui de sua classificação estes chamados “falsos autônomos”, pois para ele nada mais são do que empregados não registrados, uma vez que trabalham permanentemente para a mesma pessoa. Da mesma forma, Prandi propõe excluir das análises empíricas o que ele, por sua vez, chama de trabalhador assalariado disfarçado de autônomo, isto é, aquele que recebe remuneração por tarefa executada.

domésticas. O segundo grupo incluiria o que o autor denomina de as **quase empresas capitalistas**, as quais, embora utilizem permanentemente mão-de-obra assalariada (traço capitalista), se distinguem das empresas capitalistas pelo fato de o patrão estar envolvido no processo produtivo (traço não tipicamente capitalista), bem como pelo seu comportamento empresarial. Este difere do das empresas capitalistas propriamente ditas, em primeiro lugar, por ser o nível de rendimento total do proprietário a variável-chave de funcionamento, ao invés da taxa de lucro e, em segundo, tal como ocorre com as demais categorias, por ser intersticial sua inserção no mercado.

Uma observação a ser feita relativamente a esta busca de um marco conceitual para o conjunto dessas atividades que se organizam sob moldes não capitalistas se refere ao fato de as categorias serem passíveis ou não de operacionalização empírica. Deixando de lado as críticas teóricas acerca dessas categorizações, tem-se observado que elas não têm logrado dimensionar empiricamente o fenômeno objeto de suas análises (Faria, 1974, p. 129-51). Isto é, a busca por definições teóricas e a conseqüente formulação de categorias não resultaram no estabelecimento de critérios suficientes para avaliar o problema em suas dimensões reais. A inviabilidade empírica dessas teorizações, impedindo a passagem metodológica de um plano abstrato (teórico) para o concreto (real), é explicada por Vilmar Faria:

“... ao se limitarem à análise categorial — imprescindível ao trabalho teórico —, as teorias da marginalidade não têm avançado muito no sentido de oferecer procedimentos adequados para o dimensionamento da marginalidade (ou do exército industrial de reserva) para que se possam avaliar as hipóteses relativas ao comportamento do fenômeno em condições variáveis (nos momentos de depressão e nos momentos de auge, por exemplo)”. (Faria, 1974, p. 137).

Na verdade, o que se observa nessas tentativas em busca de uma definição capaz de abarcar, na medida do possível, todas as situações de trabalho que se incluem na produção não capitalista é que, por ser muito amplo o referencial analítico desta noção, se torna necessário balizá-la constantemente com uma realidade concreta.

Como foi visto, os trabalhos que apresentaram as propostas mais concretas para o estudo empírico desse conjunto de atividades, inclusive examinando uma realidade específica, foram os de Souza, Singer e Jelin. Na verdade, a tentativa de dimensionar em uma realidade particular as respectivas categorias de estudo não se constitui em preocupação principal dos trabalhos aqui selecionados. Em geral, foram utilizados dados secundários nas diversas análises empíricas, para o que se tornou necessário, às vezes, “adaptar” os respectivos conceitos teóricos, uma vez que estes não apresentaram aplicabilidade empírica. Cabe, portanto, salientar a necessidade de elaborar-se uma análise acerca dessas atividades que, incorporando a realidade e conceitos teóricos a ela atrelados, esteja voltada a situações concretas específicas.

O segundo nível de indagações refere-se ao sentido da categoria em estudo no modo de produção capitalista. De modo geral, os autores são unânimes em entender a produção não tipicamente capitalista como resultado do modo como se processa o desenvolvimento do capitalismo nas sociedades dependentes. As abordagens recentes em torno do tema lograram ultrapassar as interpretações tradicionais que encaravam a produção não tipicamente capitalista como um mero conjunto de formas de organização da produção anômalas ou estranhas à lógica do capital. Na verdade, há que se ter uma visão da economia como um todo, onde cada uma de suas partes se encontra articulada e subordinada à expansão do capital. Esse parece ser o posicionamento teórico dos autores aqui examinados, ainda que cada um deles enfatize um aspecto peculiar do modo como se insere e se articula a produção não capitalista no modo de produção capitalista.

Compartilhada por vários autores está a idéia de que o processo histórico de expansão do capitalismo no Brasil se deu através de uma combinação entre contrários, ou seja, ao desenvolvimento da produção capitalista correspondeu a criação e/ou manutenção de atividades com base em padrões não capitalistas de relações de produção. Baseando-se na análise do modelo brasileiro que se consolidou nos anos 30, Oliveira vai mais além, mostrando que, na época, o processo de acumulação foi justamente compatibilizado através da introdução de relações novas no arcaico e da reprodução de relações arcaicas no novo. Isso porque a manutenção dessas atividades organizadas sob moldes não capitalistas se constituiria em uma forma de sustentação dos setores capitalistas considerados estratégicos e, em última análise, do próprio sistema.

Kowarick (1977), seguindo nessa mesma linha de análise, tenta mostrar como o próprio modo de produção capitalista traz em sua lógica de expansão os mecanismos que originam as relações de trabalho não tipicamente capitalistas. Mais do que isso, o autor procura identificar a especificidade de que se revestiu historicamente esse processo na América Latina, dado que seu caráter dependente imprimiria características peculiares ao desenvolvimento da região, dentre elas a criação e manutenção de relações de produção arcaicas.

Prandi (1978), por sua vez, ao tentar explicar a existência da figura do trabalhador por conta própria, em face da tendência generalizante das relações de trabalho assalariadas, aprofunda a questão da ambigüidade de que se reveste o trabalho autônomo, o qual, ao mesmo tempo em que não faz parte das relações de produção capitalistas, está situado num aparente paradoxo, no circuito capitalista de produção. A idéia-chave de Prandi é o fato de não ser a extração da mais-valia — ainda que um mecanismo fundamental — a única forma de exploração do trabalho pelo capital. Outras formas seriam, por exemplo, o trabalho doméstico da mulher e o trabalho autônomo.

E Souza, ao partir do pressuposto de que as atividades não tipicamente capitalistas estão de alguma forma subordinadas ao capital, uma vez que estão inseridas no modo de produção capitalista, busca particularizar como se dá essa inserção, tentando qualificar os diferentes graus de subordinação conforme a especificidade que caracteriza essas atividades.

Na verdade, a questão central que permeia esses e os demais trabalhos aqui examinados parece ser até que ponto as formas de produção não capitalistas são realmente atípicas em relação às leis que regem o desenvolvimento capitalista.

Para tratar dessa questão, deve-se examinar, em primeiro lugar, o que significa, na verdade, um modo de produção dominante em uma determinada formação social. Quando se alude à dominância de um modo de produção em uma dada formação social, está-se referindo ao fato de que são as suas leis que determinam as várias formas e relações que se estabelecem no desenvolvimento dessa formação. Portanto, isso não implica dizer que serão estabelecidas relações idênticas em todos os níveis e setores da produção dessa formação social. Em outros termos, a dominância do modo de produção capitalista não implica que as relações típicas do capitalismo sejam generalizadas em todo o sistema. A dominância do modo de produção capitalista significa, isto sim, que a reprodução do capital tende a subordinar inexoravelmente todas as relações sociais, mas, e aí está o ponto central dessa questão, não da mesma forma. As relações centrais e determinantes do modo de produção capitalista são as de assalariamento, mas não porque tendam a se generalizar por todo o sistema ou porque sejam quantitativamente predominantes e sim porque comandam a produção de valor que determina todas as demais produções na economia de mercado (Brant, 1975, p. 101-18). Assim, um modo de produção é dominante à medida que interfere, verticalmente, nos outros modos de produção, provocando a perda de autonomia por parte destes e redefinindo suas atividades específicas.

O importante a reter aqui é que a contradição entre a existência de formas tipicamente capitalistas e a contínua repetição de formas atípicas permeia o desenvolvimento do capitalismo em toda parte. Mais do que isso, qualquer relação que se estabeleça na sociedade capitalista estará sempre subordinada e acorrentada à ordem fundamental e hegemônica do capital.

Cabe destacar, no entanto, que o capital, no seu movimento de expansão, não visa explicitamente à destruição dessas formas de trabalho, embora as destrua quando determinados serviços passam a se tornar rentáveis. Em outros termos, o investimento de capital e o conseqüente assalariamento dão-se naqueles setores onde a rentabilidade é maior. Prandi é quem alerta para o fato de que obviamente o capital não teria qualquer interesse em impulsionar o trabalho autônomo, ainda que dele se valha em determinadas circunstâncias, uma vez que o capitalismo é antes de tudo produção de valor e de força de trabalho para a própria produção de valor.

A terceira ordem de questões refere-se especificamente à contribuição das atividades não tipicamente capitalistas para o processo de acumulação.

Analisando o quadro de formulações teóricas no que se refere ao papel que as atividades não tipicamente capitalistas desempenham no processo de acumulação e expansão do capital, encontram-se diversas interpretações acerca da **funcionalidade** dessas ocupações. É possível, entretanto, detectar duas colocações principais e antagônicas relativas à **função** que a manutenção de uma produção não capitalista, nos centros urbanos, desempenha na reprodução das formas de organização capitalista.

A primeira colocação destaca o caráter disfuncional da manutenção de um contingente populacional considerado marginalizado para o desenvolvimento capitalista. Tal corrente interpretativa está ligada à Teoria da Cultura da Pobreza (Oscar Lewis), que encara a marginalidade como fenômeno psicológico de alheamento e de dependência oriunda da pobreza. Decorreria daí a disfuncionalidade desses grupos marginais, uma vez que a Cultura da Pobreza impediria o desenvolvimento de habilidades, padrões de conduta, ambições e uma série de atributos de comportamento que, segundo Lewis, seriam necessários para capacitá-los a contribuir para o desenvolvimento capitalista.

Essa visão da marginalidade como algo disfuncional para o sistema econômico está presente não só nos trabalhos iniciais acerca desse tema, mas também em vários estudos mais recentes, nos quais, à medida que os setores de produção não tipicamente capitalistas são encarados como obstáculos à expansão do capitalismo, os ocupados em suas atividades são vistos como uma mão-de-obra sobrando, improdutivo e de pouca ou nula significação econômica. Assim, ao não desempenharem sequer o papel do exército industrial de reserva, são considerados como um peso morto para o processo de acumulação⁴.

Por outro lado, existem trabalhos também recentes — aqui examinados —, ligados à visão histórico-estrutural de desenvolvimento, onde se procura mostrar a estreita vinculação que existe entre a manutenção de uma produção não capitalista e a expansão do capital, particularmente nas economias atrasadas. Embora, nesse grupo de trabalhos, se apresentem interpretações diversas, a hipótese principal que norteia todas essas análises se refere à necessidade, por uma causa ou outra, da existência de atividades não tipicamente capitalistas para a acumulação, no núcleo capitalista, das economias urbanas. A maior parte dos autores aqui examinados se preocupam-se em enfatizar o papel essencial que as atividades ditas não tipicamente capitalistas desempenham no processo de acumulação capitalista. Uma amostra clara e sucinta do posicionamento geral desses autores pode ser dada, em um primeiro momento, através de Oliveira, Kowarick e Prandi. Para Oliveira, o padrão de crescimento horizontalizado de alguns segmentos do Terciário brasileiro no período pós-30 foi uma resposta às necessidades específicas da acumulação de capital na época, não podendo, portanto, ser considerado uma disfunção ou anomalia. Mais do que isto, para o autor, os moldes não tipicamente capitalistas, com base nos quais se desenvolveram e se desenvolvem ainda os serviços terciários que agregam a grande massa da população semiqualficada ou desqualificada, são de alguma forma estratégicos para a acumulação do capital.

Também para Kowarick, o entendimento da marginalidade como um dos ingredientes do dinamismo capitalista constitui o foco central de análise. Para ele, a existência das atividades ditas **marginais** é essencial ao capitalismo, pois não somente são fecundadas pelo próprio sistema, como também se encontram estru-

⁴ Ver colocações de Nun e Quijano, discutidas por Kowarick (1977).

turalmente articuladas a ele. Nesses termos, o enfoque dado à marginalidade pelo autor não estaria revestido de um sentido de exclusão, de não-participação ou de disfunção em relação ao sistema econômico como querem as abordagens iniciais acerca do fenômeno da marginalidade. A idéia principal que permeia toda a análise da marginalidade do autor é a de que o desenvolvimento do tipo capitalista compreende uma única lógica estrutural que, ao reunir formas desiguais e combinadas, recria modalidades produtivas não tipicamente capitalistas (artesanato e indústria a domicílio) e cria novas formas não tipicamente capitalistas (trabalho autônomo no Setor Terciário, como vendedores ambulantes, serviços de reparação e conservação, vigilância, etc.), as quais, longe de serem um peso morto, constituem partes integrantes do processo de acumulação.

Prandi, por sua vez, enfatiza o fato de o trabalhador por conta própria, ao não se constituir em agente direto da acumulação, ter sua exploração realizada em um circuito mais amplo da sociedade. Para ele, o significado da existência do conta-própria está no fato de ele se constituir em um elemento propiciador não somente da acumulação em si, mas principalmente da reprodução da sociedade brasileira como sociedade capitalista. Nesse sentido, embora o trabalhador por conta própria possa parecer um paradoxo face ao trabalho assalariado — “este sim, a expressão das relações capitalistas por excelência” (Prandi, 1978, p. 156). Prandi esclarece esse paradoxo através de uma análise centrada no processo de reprodução da sociedade capitalista e não no processo de produção, à medida que encara o trabalho autônomo como elemento importante da reprodução das classes sociais.⁵ A idéia central que orientou a tese de Prandi é a de que o trabalhador por conta própria não produz somente bens e serviços para o mercado de bens e serviços, mas produz principalmente força de trabalho barata para o capital, colaborando para a produção e reprodução do proletariado em geral.

Em suma, para os autores aqui examinados, as atividades que se desenvolvem sob moldes não tipicamente capitalistas atuam, com maior ou menor intensidade, no sentido de fornecer apoio à expansão do capital, reproduzindo as condições favoráveis à produção e/ou fornecendo apoio à manutenção de força de trabalho utilizável.⁶ As controvérsias vão surgindo à medida que são especificadas as funções que os autores atribuem às diversas atividades não capitalistas. Mais importante do que discutir a validade teórica dos diversos posicionamentos⁷, deve-se alertar para a existência de um problema concreto no que se refere a essa questão, ou seja, a au-

⁵ Conforme Prandi, “Desde que o capitalismo, como modo de produção, produz e reproduz não somente mercadorias e mais-valia, mas também força de trabalho assalariada, é na ótica da reprodução da força de trabalho que o trabalho não capitalista... deve ser encarado como componente do processo global de exploração do trabalho”. (Prandi, 1978, p. 51-2).

⁶ Já a interpretação de Souza apontaria mais no sentido de considerar as atividades não tipicamente capitalistas como refúgio de mão-de-obra.

⁷ A preocupação maior foi no sentido de sistematizar e contrapor os diversos segmentos e enfoques.

sência, nos estudos acerca da produção não tipicamente capitalista em geral, de uma demonstração teórica e empírica tanto dos vínculos dessa produção com a reprodução global como da ultrapassagem desses limites ditos funcionais das atividades não capitalistas. Isso porque o preenchimento de determinadas **funções** por parte dessas atividades parece estar profundamente relacionado a uma situação particular, ou seja, a um momento histórico dado do movimento do capital, em uma realidade específica.

Porém, se é difícil determinar as **funções** específicas da produção não capitalista ou a **função** de cada uma de suas partes, não é difícil perceber a sua aderência como um todo ao movimento do capital, expandindo-se ou destruindo-se conforme seus desígnios. Tendo em vista que o que dá sentido à sobrevivência ou expansão da produção não tipicamente capitalista é sua relação estrutural com o processo de acumulação, faz-se necessário introduzir um outro elemento na análise, qual seja o da articulação das várias formas de produção e o modo pelo qual as formas subordinadas têm seu funcionamento determinado pelo todo. A partir daí, seria possível superar a visão dessa produção como algo totalmente disfuncional, como queriam as abordagens iniciais, ou totalmente funcional para a acumulação do pólo dominante da economia, como querem as teses mais recentes. Isso porque a idéia de articulação permite entender que a dominância do modo de produção capitalista não significa que o capital tenha o controle absoluto sobre todas as relações que se estabelecem na economia. Pelo contrário, admitir que o capitalismo tem-se desenvolvido historicamente de forma desigual e combinada⁸ pressupõe admitir a existência de contradições a nível das forças produtivas, ou seja, de que se possam estabelecer formas de organização não tipicamente capitalistas subordinadas ao capital, mas de forma contraditória.⁹ Na verdade, a dominância do modo de produção capi-

⁸ "O capitalismo encontra as várias porções da humanidade em diferentes estágios de desenvolvimento, cada uma com suas próprias e profundas contradições internas. A extrema diversidade dos níveis atingidos e a extraordinária desigualdade no ritmo de desenvolvimento das diferentes parcelas do gênero humano, ao longo de várias épocas, servem de ponto de partida ao capitalismo. Só gradativamente é que este conquista a supremacia em relação à desigualdade herdada, quebrando-a e alterando-a, passando a empregar seus próprios recursos e métodos... Assim o capitalismo efetua o 'rapprochement' dessa parcela e equipara os níveis econômico e cultural entre os países mais adiantados e os mais atrasados... No entanto, ao aproximar economicamente os países entre si e ao nivelar seus graus de desenvolvimento, o capitalismo opera por métodos que lhe são próprios, isto é, por métodos anárquicos, que permanentemente solapam as bases de seu próprio trabalho, lançam um país contra o outro e um ramo industrial contra o outro, desenvolvendo alguns setores da economia mundial e, simultaneamente, dificultando ou fazendo retroceder o desenvolvimento de outros. Unicamente a correlação dessas duas tendências fundamentais — ambas surgidas da natureza do capitalismo — nos pode explicar a textura viva do processo histórico." (Trotsky, 1982, p. 19-20).

⁹ "Os fatores que interferem no processo já foram estudados sob as denominações de 'importação de tecnologia', 'desenvolvimento dependente', etc., procurando alguns autores mostrar como o 'desenvolvimento desigual' vem representar uma das contradições de caráter mais global do processo de expansão do capitalismo internacional". (Prandi, 1978, p. 41).

talista não pressupõe, de forma alguma, que a articulação entre as diversas formas de produção se verifique de maneira harmônica ou **funcional**. Como já foi visto, o traço característico do desenvolvimento do capital é justamente a contradição que existe entre a expansão de formas tipicamente capitalistas e a sobrevivência de formas atípicas. A noção de contradição permite também superar a idéia de que as formas subordinadas, ao não se constituírem em obstáculos ao capital — aliás, se assim fosse, tenderiam a ser destruídas — são necessariamente funcionais a ele.

Além disso, se é verdade que ocorre uma constante recriação de formas de produção que se organizam sob moldes não capitalistas e que se tornam funcionais do ponto de vista da acumulação, também é verdade que isso não decorre necessariamente de um plano de intenções, mas sim de um processo, o processo de expansão do capital¹⁰, o qual é necessariamente um movimento não igualitário. Antes de mais nada a lógica do capital é submeter a força de trabalho através do assalariamento. Isso não contradiz o fato de surgirem alternativas de trabalho organizadas em moldes não tipicamente capitalistas e que são justamente abertas pelo capital à medida que essas atividades não são assumidas pela empresa capitalista por questões de rentabilidade. Assim, essas atividades, embora resultantes do próprio movimento do capital, não são intencionalmente criadas por ele. No entanto, ao penetrarem nos espaços abertos pelo capital e a ele se subordinarem, acabam, de alguma forma, a serviço dele. Na verdade, isso não significa que o capital prescindia delas para sua sobrevivência imediata e nem que estejam — embora possam estar — atreladas **funcionalmente** a ele. Há que se considerar também que, quando isso ocorre, não necessariamente ocorre maciçamente, isto é, cada aspecto do processo pode ser funcional do ponto de vista de um tipo de capital, de uma fração de seus interesses e, ao mesmo tempo, mostrar-se disfuncional para outro tipo de capital. Um outro lado da questão refere-se ao fato de que subsistem inclusive determinadas modalidades autônomas que nada mais são do que meras estratégias de sobrevivência.

Em resumo, a percepção do sentido das formas de produção não tipicamente capitalistas deve passar por uma perspectiva que leve em conta, de um lado, sua articulação subordinada ao capital e, de outro, as estratégias de trabalho dos agentes engajados nessas formas de produção. Somente esse enfoque parece ser capaz de revelar a sobrevivência e/ou recriação de um conjunto significativo de atividades econômicas importantes que tendem a se tornar invisíveis sob uma perspectiva onde a preocupação dominante é explicar a sua funcionalidade no modo de produção capitalista. A produção não tipicamente capitalista deve ser entendida como resultado do processo contraditório de acumulação de capital, o qual cria, através de um só e único movimento, as atividades capitalistas e as não capitalistas. Uma vez que

¹⁰ Nesse sentido, é pertinente a afirmação de Prandi, quando ao se referir ao fato de que o capital “faz uso” do trabalho autônomo na finalidade última de se realizar, alerta que “... este ‘fazer uso’ não implica em nenhuma idéia diretiva na consciência dos agentes e das classes interessadas na reprodução do sistema e nem confere ao sistema uma racionalidade que ele não tem”. (Prandi, 1978, p. 31).

existe um só e único movimento que cria e articula essas atividades organizadas sob moldes diversos em função de uma única lógica, a do capital, há que se admitir que o enfoque correto de análise deve partir desse movimento e considerar a diferenciação dessas atividades como um processo.

BIBLIOGRAFIA

- 1 – BRANDT, V. C. Desenvolvimento agrícola e excedentes populacionais na América Latina: notas teóricas. **Estudos Cebrap**, São Paulo, Brasileira de Ciências, (14):101-18, 1975.
- 2 – CARVALHO, Inaiá & SOUZA, Guaraci. A produção não capitalista no desenvolvimento do capitalismo em Salvador. In: SOUZA, Guaraci & FÁRIA, Vilmar, org. **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis, Vozes, 1980.
- 3 – EKERMAN, Raul. **Absorção de mão-de-obra nos mercados formal e informal, tecnologia e distribuição de renda**. São Paulo, IPE, /s. d./. p. 5.
- 4 – ENSAIOS FEE. Porto Alegre, v. 1, n. 2, 1981.
ENSAIOS FEE. Porto Alegre, v. 2, n. 1, 1981.
- 5 – FÁRIA, Vilmar. Pobreza urbana, sistema urbano e marginalidade. **Estudos Cebrap**, São Paulo, Brasiliense, (9):129-51, 1974.
- 6 – HOFFMANN, Helga. **Desemprego e subemprego no Brasil**. São Paulo, Ática, 1977.
- 7 – JELIM, Elisabeth. Formas de organização da atividade econômica e estrutura ocupacional. **Estudos Cebrap**, São Paulo, Brasiliense, (9):51-77, jul./set. 1974.
- 8 – KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- 9 – PAOLI, Maria Célia. A marginalidade no capitalismo dependente: um problema deslocado. In: HOOGAN, Daniel J. **Cidade: usos e abusos**. São Paulo, Brasiliense, 1978. p. 52.
- 10 – PRANDI, José Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo, Símbolo, 1978.

- 11 – SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Mercado metropolitano de trabalho manual e marginalidade**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1971. (Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, mimeo).
- 12 – SINGER, Paul. A economia urbana de um ponto de vista estrural: o caso de Salvador. In: SOUZA, Guaraci & FARIA, Vilmar, org. **Bahia de todos os pobres**. Petrópolis, Vozes, 1980.
- 13 – SINGER, Paul. Emprego, produção e reprodução da força de trabalho. In:—. **Economia política do trabalho**. São Paulo, Hucitec, 1977. p. 78-80.
- 14 – SOUZA, Paulo Renato. **Emprego, salário e pobreza**. São Paulo, Hucitec, 1980.
- 15 – SOUZA, Paulo Renato & TOKMAN, Victor. O problema ocupacional: o setor informal urbano. In:—. **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- 16 – TROTSKY. The third international after Lenin. New York, 1970, apud MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).